**ATA NÚMERO 83/XIII/2.ª SL**

Aos oito dias do mês de junho de 2017, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na Sala n.º 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Apreciação e votação na especialidade da seguinte iniciativa legislativa:

Projeto de Lei n.º 366/XIII (2.ª) GP/PS - *Procede à primeira alteração da Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto, que aprovou o regime jurídico aplicável ao nadador-salvador em todo o território nacional, no que respeita à supervisão de atividades em piscinas de uso público*.

Aberta a reunião, o Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Miranda Calha (PS), procedeu-se à continuação da apreciação e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 366/XIII (2.ª) GP/PS - *Procede à primeira alteração da Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto, que aprovou o regime jurídico aplicável ao nadador-salvador em todo o território nacional, no que respeita à supervisão de atividades em piscinas de uso público*.

O n.º 3 do artigo 31.º da proposta de texto de substituição obtida pelo consenso apresentava alterações em relação ao texto anteriormente em discussão e que passaria a ter a seguinte redação:

“*A presença de nadadores-salvadores referida no número anterior é facultativa:*

*a) Nas piscinas de empreendimentos turísticos, quando utilizadas exclusivamente pelos seus hóspedes com acesso condicionado, desde que seja assegurada vigilância permanente por técnico, devidamente identificado, habilitado com formação em suporte básico de vida e mantido disponível o material e equipamento de informação e salvamento definido pelo ISN;*

*b) Nas piscinas destinadas à prática desportiva de formação e competição, no período em que decorrerem essas atividades em exclusivo, desde que seja assegurada vigilância permanente por técnico, devidamente identificado, habilitado com formação em suporte básico de vida e mantido disponível o material e equipamento de informação e salvamento definido pelo ISN*.”

Intervieram os Senhores Deputados Pedro Roque (PSD), José Miguel Medeiros (PS), João Vasconcelos (BE), João Rebelo (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP), tendo, igualmente por consenso, sido fixado o seguinte texto para a alínea a):

*“Nas piscinas de empreendimentos turísticos, com acesso condicionado, quando utilizadas exclusivamente pelos seus hóspedes, desde que seja assegurada vigilância permanente por técnico, devidamente identificado, habilitado com formação em suporte básico de vida e mantido disponível o material e equipamento de informação e salvamento definido pelo ISN”.*

Submetidos a votação cada um dos artigos e alíneas do texto de substituição - artigos preambulares: 1.º (Objeto), 2.º (Alteração ao artigo 31.º e 38.º da Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto) e 3.º (Entrada em vigor); n.º 3 do artigo 31.º e n.º 3 do artigo 38.º - foram todos aprovados por unanimidade.

O Senhor Deputado Pedro Roque (PSD) pediu então a palavra para apresentar um requerimento oral no sentido de a Comissão proceder à audição do Chefe de Estado-Maior da Força Aérea acerca do Relatório da Força Aérea sobre a utilização da Base Aérea n.º 6 pela aeronáutica civil e sugeriu que decorresse à porta fechada, o que obteve o consenso os presentes.

O Senhor Deputado José Miguel Medeiros (PS) sugeriu que fosse equacionada a possibilidade de audição ser efetuada na Base Aérea do Montijo.

O Senhor Deputado Pedro Roque (PSD) Indicou ainda como membro do Grupo de Trabalho EMFAR o Senhor Deputado Luís Pimentel (PSD) em representação do GP PSD e o Senhor Deputado José Miguel Medeiros (PS) indicou o Senhor Deputado Ascenso Simões (PS) em representação do GP PS. Ficou assim concluída a composição do grupo, que integra também os Senhores Deputados Jorge Machado (PCP), que coordena, João Vasconcelos (BE) e João Rebelo (CDS-PP).

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) aproveitou para convocar a primeira reunião do Grupo de Trabalho para o dia 21 de junho após o fim do Plenário tendo como ordem de trabalhos a fixação da metodologia e grelha de tempos, seguida da audição sucessiva da Associação de Praças, da Associação Nacional de Sargentos e da Associação dos Oficiais das Forças Armadas.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 18horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 de junho de 2017

**O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**(Miranda Calha)**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões

Clara Marques Mendes

Diogo Leão

Idália Salvador Serrão

João Rebelo

João Vasconcelos

Jorge Machado

José Miguel Medeiros

Luís Pedro Pimentel

Marco António Costa

Miranda Calha

Pedro Roque

Rui Silva

Odete João

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: